

MOBILIÁRIO PORTUGUÊS DE ESTILO NACIONAL: O BUFETE
FORMA, ORIGEM E IDENTIDADE.

PORTUGUESE NATIONAL STYLE FURNITURE: THE BUFETE FORMS, ORIGIN AND
IDENTITY.

João Henrique Marrocano*
Antiques and Crafts,
Arte Contemporânea/ Conservação e Restauro

Resumo

Serão muito poucas as peças de mobiliário de origem e produção nacional que terão marcado de forma tão contínua e distinta os espaços interiores portugueses, como foi o caso do bufete. Estas mesas, juntamente com os contadores e as arcas de tremidos e torcidos, as camas de bilros e as cadeiras de couro lavrado, são os modelos mais característicos do mobiliário produzido em Portugal, nos finais do século XVII, identificando um estilo conhecido como Estilo Nacional.

O objectivo desta análise é diferenciar e aprofundar o conhecimento sobre o bufete, através do levantamento das suas características, da sua origem e das várias utilizações que tiveram dentro da casa, em Portugal, desde o início da sua produção. É também dado enfoque à valorização simbólica que, tanto na actualidade como no passado recente, lhe tem vindo a ser atribuída, como elemento unificador e estruturante dos espaços nos momentos protocolares portugueses.

Palavras-chave: Bufete, Mesa, Estilo Nacional, Portugal, Século XVII

Abstract

There aren't many pieces of furniture made nationally, that marked the Portuguese interiors in the way Bufete did. These tables as well as cabinet (contador) and chests of wave mouldings (tremidos), camas de bilros and chairs of carved leather, are the most commonly produced in Portugal in the late 17th century, creating a style known as Estilo Nacional.

The article aims to study Bufete in depth, by analysing their key-features, their origins and their use along the time. It's also given attention to the symbolic valorization that today and in recent past has been attributed to the Bufete, as a symbol of portuguese cultural unity in portuguese state ceremonies.

Key-words: Bufete, Table, National Style, Portugal, 17th Century

1. Análise formal

O bufet¹ é um móvel de pousar, com uma decoração profusa e extremamente cuidada de torneados, entalhes e aplicações metálicas, podendo ser (ou não) de grandes dimensões.

É constituído por um tampo rectangular, normalmente rematado no rebordo pelo entalhe ou pela aplicação de um perfil de balanço simples ou então por recortes e envasamentos de encordoados ou tremidos. O tampo é fixo num aro (caixa), com um número variado de gavetas, sendo algumas delas fingidas (normalmente nas ilhargas mas também no tardo).

A separação entre as gavetas é decorada quer pela aplicação repetida de ornamentação entalhada de mísulas (ou modilhões), de cariz vegetalista (folhagens de acanto, palmas), quer por entalhes de motivos geométricos e/ou arquitecturais (volutas). Quando a aplicação de ornamentos entalhados não se verifica, a separação entre as gavetas, é em algumas situações, decorada de forma sequencial com recortes de motivos geométricos.

As frentes das gavetas são lisas ou de almofada saliente, enquadradas ou não por moldura, surgindo em muitos casos decoradas com incisões de motivos decorativos geométricos e/ou talhes fitomórficos. Embora não se encontre uma norma formal para as frentes das gavetas do bufete, parece evidente que sempre que a almofada mereceu maior cuidado decorativo, a moldura é incipiente ou nula, ao passo que, quando a almofada é lisa, as molduras são sempre ricamente decoradas.

O fundo do aro, de remate saliente, surge por vezes ornamentado com tremidos, encordoados e motivos geométricos ou em forma de moldura simples ou compósita. Sob o aro, em algumas situações, aparecia colocado um avental entalhado e decorado com motivos incisos.

O suporte pode ser constituído por quatro, seis ou oito grossas pernas (consoante o tamanho), torneadas por secções em anel, coluna, espiral, dupla espiral, discos, balaústres, bolachas e bolas achatadas. Os pés são acabados em bolacha, ou em alguns casos, em bola.

As travessas das quadras dividem-se igualmente em secções de torneado, unindo-se às pernas por juntas de parafusos com espelhos metálicos recortados e/ou vazados com motivos geométricos e/ou folhagem estilizada. Este tipo de união (forte e resistente) adequa-se às dimensões e ao peso que algumas destas mesas atingiam. Também devido às dimensões, as travessas das quadras apresentavam em alguns casos um pé de apoio ao meio, por vezes encimado com torneados decorativos².

As ferragens das gavetas, à semelhança dos espelhos das uniões da trempe, têm formas geométricas recortadas e vazadas diversas, segundo esquemas geométricos compostos por enrolamentos simétricos ou folhagem estilizada.

Do ponto de vista técnico, as diversas partes do bufete ligam-se por fixações com elementos metálicos (parafusos, tarraxas), por samblagem, cavilhamento e adesivos (grude).

As madeiras utilizadas na construção do bufete tanto eram exóticas como o pau-santo, o vinhático, a sucupira, a teca ou o mogno, ou nacionais como o castanho, a nogueira e a cerejeira (cedro e teixo nos Açores)³.

Durante a elaboração das peças acontecia serem empregues diferentes tipos de madeiras. Era comum encontrar peças em pau-santo e

tampo em vinhático⁴, trempes em castanho e tampo de carvalho ou então exemplares integralmente em nogueira⁵. Acontecia ainda, nas chamadas “madeiras da terra” (na maior parte dos casos castanho ou nogueira), que estas fossem pintadas de negro de modo a realçar o contraste cromático com madeiras mais claras⁶. Mas a essência eleita para os trabalhos dos torneados era o pau-santo, por ser uma madeira rija e lustrosa⁷, ao mesmo tempo que possibilitava secções de entalhe extremamente finas e de grande precisão e rigor de contornos.

A coloração dos bufetes era a habitualmente mesma da cor das espécies exóticas utilizadas, retirando-se do realce e da beleza das diferenças de tonalidade das madeiras, muita da sua originalidade e do seu toque decorativo.

O acabamento dos bufetes seria elaborado de acordo com os procedimentos da época⁸. As superfícies, depois de raspadas e lixadas (com lixas de pele de peixe), seriam amaciadas com pedras de polimento (tripoli e pedra-pomes), e camurças, por via seca ou por via húmida (água e/ou azeite). O revestimento aplicado seriam à base de vernizes de natureza oleica ou alcoólica, aplicados à trincha e polidos, ou à base de ceras - sendo evidente que as necessidades protectoras e de embelezamento do acabamento seriam decisivas na eleição das características do material de revestimento.

Os tons escuros serão dominantes neste tipo de mobiliário do século XVII. No “negro” das madeiras talhavam-se tremidos e torcidos que criavam ilusões de volume e sensações de claro/escuro típicas do barroco, combinando com os jogos de luz ritmados pelo brilho das ferragens. Estes elementos não se limitavam a uma função puramente prática de puxadores ou de espelhos, evidenciando-se pelo seu detalhe e pelo rendilhado das suas tarjas, como um dos elementos mais marcantes do bufete.

2. A génese do bufete

Para melhor se poder entender a origem das soluções formais e estéticas utilizadas na produção do bufete, é necessário perceber que não é possível separar a sua individualidade identitária da relação que estabelece com as especificidades das mesas precedentes.

Na verdade, a evolução no mobiliário (e em geral nas outras artes), desenvolve as novas tendências a partir do vigor dos elementos das várias inter-influências antecedentes que, logo após um período de hibridismos intercalares, de forma suave mas gradual, começa a sobrepor no gosto vigente as novas soluções formais.

Por outro lado, a transição formal no mobiliário nem sempre se fica a dever apenas a mudanças da narrativa estética. Variados factores sociais, económicos e políticos podem, pela força das suas circunstâncias, determinar do mesmo modo o momento de ruptura formal, o rumo das singularidades plásticas e o apreço pelos novos modelos.

Assim, e para que fiquem claras as origens das soluções utilizadas na produção do bufete, será fundamental determo-nos na análise formal das mesas mais representativas divulgadas em Portugal, entre o século XVI e finais do século XVII⁹, pretendendo-se com essa observação, identificar, nos

pontos essenciais do bufete, os aspectos em que os modelos e as soluções das mesas que o precederam exerceram algum tipo de influência nas suas características¹⁰.

No século XVI, os móveis de pousar portugueses eram fundamentalmente do género das mesas de cavalete simples e da mesa “de gonzos”. No que toca às primeiras, essas mesas mais não eram que tábuas de madeira (como o carvalho, o castanho, e cedro)¹¹, colocadas em cima de cavaletes e revestidas com tecidos coloridos. Eram apenas “postas” nos grandes salões à hora das refeições, sendo desmontadas no final e arrumadas nos espaços interiores da habitação¹².

Um bom exemplo da utilização destas mesas nos interiores portugueses encontra-se numa iluminura do Livro de Horas de D. Manuel I, atribuído a António de Holanda, onde é representado o momento de refeição sobre uma mesa desta tipologia (Fig. 1).



Fig. 1. Livro de Horas de D. Manuel I. Inv: 14 M.N.A.A. Interior do séc. XVI, onde se pode ver a refeição numa mesa de cavalete simples. Fonte: Pinto, Mendes, H. M. *Os Móveis e o seu Tempo*, Mobiliário Português do Museu Nacional de Arte Antiga, séculos XV-XIX, I.P.P.C./ M.N.A.A. Lisboa, 1985-1987

O uso da mesa de cavalete prolongou-se em Portugal e em toda a Península Ibérica até meados do século XVII¹³, mesmo nos interiores mais ricos. Um retrato de Filipe IV de Espanha, pintado e assinado por Diego Velasquez (1632), actualmente na National Gallery em Londres, representa um bom exemplo desta moda¹⁴.

Apesar do uso continuado das mesas de cavalete entre os séculos XVI e XVII em Portugal, Espanha e Itália, a sua forma manteve-se simples, sendo apenas de assinalar a introdução de algum trabalho de torneado na estrutura dos suportes e a ligação com tirantes em ferro (em forma de X), entre os cavaletes e as tábuas (Fig. 2). Estes elementos, para além de desempenharem

funções decorativas, contribuía ainda para consolidar a união e para adaptar a estabilidade da estrutura a modelos de pequenas e médias dimensões, mais ajustados à vida diária¹⁵.



Figura 1.2: Mesa de “gongos” ou “de esgonços”. Século XVI. Casa Museu José Régio, Portalegre. Fonte: Ferrão, Bernardo, *Mobiliário Português, A Centúria de Quinhentos*, Vol. 2, Porto 1990, Lello & Irmãos Editores, p. 279.



Fig. 2. Mesas de cavalete espanholas. Século XVII (Início). Fonte: Ciechanowiecki, Andrew, “Spain and Portugal”, in *World Furniture*, ed. Helena Hayward, Hamlyn, 1979, p. 63.

A mesa “de gongos” tinha um tampo constituído por duas partes volantes articuladas por dobradiças (“bisagras”), e dois conjuntos de pernas em aspa, também articuladas e ligadas entre si por travessas – uma no topo e outra na base (Fig. 1.2). O travamento, que regulava a abertura e altura da mesa, era realizado por correntes ou correias que ligavam as travessas superiores¹⁶. Estas mesas eram produzidas em carvalho (“bordo”) ou

nogueira. O seu uso estaria difundido por toda a Europa, tendo-se popularizado em Portugal, na centúria de Quinhentos. Devido ao seu carácter prático e utilitário, a mesa “de gonzos” continuou a ser utilizada até meados do século XVII¹⁷.

No século XVI, começaram também a difundir-se em Portugal (e em toda a Península Ibérica), mesas italianas (Fig. 3), de acentuado cunho mediterrâneo, do tipo “*Savonarola*”¹⁸. Como novidades em relação às mesas de cavalete, esses exemplares apresentavam um aro preenchido com gavetas e o corte das pernas em forma de «ss» ou de lira.

Estas mesas italianas iriam por seu turno ser os protótipos das mudanças que vieram a ocorrer na concepção da mesa de cavalete simples na Península Ibérica, nomeadamente na aplicação de um aro moldurado com, ou sem gavetas¹⁹, abrindo o caminho para as que mais tarde (no século XVII), se chamarão mesa ibérica de pé de lira²⁰.

Terão sido estes os primeiros modelos de mesas, artisticamente situadas entre o Renascimento e o Maneirismo, que os portugueses levaram para o Oriente.

Se inicialmente o destino destes objectos era o próprio uso doméstico não tardou que, devido ao fascínio pela riqueza cromática e decorativa oriental, começassem a servir de modelos aos artífices locais para a produção de objectos de gosto exótico, apropriados à vida doméstica das elites socioculturais portuguesas instaladas na Índia, às comunidades lusíadas e aos grupos religiosos espalhados pelo Oriente, a presentear o rei de Portugal e altos dignitários e, por último, para exportação para a Europa, quer para Portugal, quer para o Velho Continente²¹.



Fig. 3. Mesa do tipo “*Savonarola*”. Fonte: Oliveira, Ernesto. *F. Mobiliário Açoriano; elementos para o seu estudo*, RAA, 1981, p 107.

Em todo o século XVI e até meados do século XVII, chegaram a Portugal mesas vindas da Índia no estilo indo-português – e de todas as regiões Orientais com que os portugueses estabeleceram contacto -, produzidas em madeiras como a teca, o ébano e o sissó, e revestidas quer com embutidos de marchetaria em marfim, osso, madrepérola e madeiras preciosas, quer por decorações de entalhes e de acabamentos lacados. As estruturas dos suportes eram também decoradas com embutidos de marchetaria, embora fosse comum, o trabalho escultórico, o torneado e o recorte de desenho zoomórfico²². Da enorme variedade mesas deste período destacam-se três modelos: as mesas “de gonzos”²³, as bancas e os bufetes²⁴.

As mesas “de gonzos” terão sido dos primeiros modelos produzidos no Oriente ainda no século XVI. Disso nos dá nota a menção coeva referente “às mesas da China”, recebidas por D. Catarina de Áustria, em 1562, onde a referência específica a pernas (“pees”), a “duas taboas desapegadas”, que constituem tampo, e que “nenhua tem machafemeas”, facilmente se percebe que as mesas da encomenda seriam as “de gonzos”²⁵. É também possível perceber a produção deste modelo no rol de presentes enviados pelo Cardeal D. Henrique ao Xerife de Marrocos, entre 1577 e 1578, em que o pormenor com que aparecem referidas duas mesas (também “da China”), são claramente indicadoras de serem mesas de “gonzos”²⁶.

Na maioria das mesas “de gonzo” produzidas no Oriente, seriam utilizadas madeiras como a teca, o ébano, o angelim ou o sissó, sendo revestidas com decorações douradas e prateadas, embutidos de marfim e madre pérola, ou então por trabalhos decorativos em laca²⁷.

As bancas e os bufetes deverão ter começado a ser produzidos no Oriente por volta de meados do século XVI, tendo-se vulgarizado até meados do século XVII²⁸. As bancas, como o próprio nome indica, seriam para utilizar nos estrados²⁹. São mesas pequenas com ou sem gavetas (Fig. 4.1), cantoneiras, espelhos e puxadores rendilhados e recortados, travessas rectas, sem molduras e pernas que podiam ser torneadas (Fig. 4.2) ou recortados na forma de jatayu³⁰ (Fig. 4.3). A forma do suporte destas mesas é variada, existindo exemplares de diversos tamanhos.

Os bufetes eram mesas com as mesmas características, mas de maior robustez e dimensões (Figs. 4.4 e 4.5). Ao longo do período áureo do mobiliário Indo-Português do século XVII, a sua produção foi abundante e notável, quer pela beleza e exotismo de muitos exemplares, quer devido resistência dos seus materiais às condições ambientais. São inúmeros os exemplares registados em inventários da época e os que chegaram aos nossos dias³¹.

A partir de meados do século XVI, a concorrência de outras potências pelo controlo do comércio no Oriente³² e os crescentes sintomas da crise económica, social e dinástica que Portugal enfrentaria, teve como consequência a redução da afluência dos bens de mobiliário orientais aos portos nacionais, incluindo, naturalmente, as mesas indo-portuguesas.

Além disso, o estabelecimento da Inquisição em 1536 e a entrada dos jesuítas em Portugal (1540), se por um lado pretendeu imprimir um novo rigor na disciplina pelos artigos da fé por outro, procurou também controlar o

ambiente humanista da época e moderar o gosto da sociedade pelos objectos de luxo exóticos.

Esta mudança no sentido de regular os usos e costumes dos portugueses foi notória nas leis «Pragmáticas» de D. Sebastião de 1560, como evidência a menção ao *“luxo do vestuário, da casa e da mesa”*, mantendo-se constante nas ordenações de 1566 e 1570, enquanto *“repressão ao luxo”*³³.



Fig. 4.1. Banca Indo-Portuguesa, século XVII (inícios), em teca e cissó, perna torneadas, embutidos em ébano e marfim. Dim: 80.5* 94.6* 62.4 cm. Fonte: *Asian Civilisations Museum*, NI: 2014-00317, <https://www.roots.sg/learn/collections/listing/1277735> (acesso a 19/05/2020)

Fig. 4.2. Banca Indo-Portuguesa em teca pernas e duplo travejamento espiralado, tampo e gavetas com frisos e faixas em sissó, embutidos em ébano e marfim, bordo do tampo tremido. Dim: 74*78*52 cm Fonte: Lote 463, Leilão n° 134, 13 de Dezembro de 2011. Cabral Moncada Leilões, Lisboa.

Fig. 4.3. Mesa Indo-Portuguesa em sissó embutido em marfim duplo travejamento e pés recortados e vazados "Jatayus" estilizados. Dim: 61*68*44 cm. Fonte: Lote 658, Leilão n° 197, 11 de Dezembro de 2018, Cabral Moncada Leilões, Lisboa.

Fig. 4.4. Mesa Indo-Portuguesa em teca com frisos e embutidos em sissó e marfim. Pernas recortadas com embutidos "Jatayus". Dim: 89*125*85cm. Fonte: Lote 26, Leilão 83, 6 de Novembro de 2006. Cabral Moncada Leilões.

Fig. 4.5. Grande mesa Indo-Portuguesa em teca com embutidos em sissó e marfim. Travejamento duplo de secção quadrada, pernas decoradas com entalhes vegetalistas estilizados. Dim: , Museu da Fundação Ricardo Espírito Santos Silva, Lisboa

Já no período filipino é decretada, em 1593, a «Pragmática» relativa à proibição do uso de “*prata batida que fosse*”,³⁴ sendo ampliada em 1609 e 1619, com duas novas «Pragmáticas». A primeira faz referência a “*coisas cujo uso seria defeso e das coisas prohibidas*” já existentes, a segunda é concludente quanto ao manifesto e posse de objectos que as “*cousas contendadas na prelematica as viessem registrar*”³⁵.

Embora as mesas de cavalete cobertas com tecidos continuassem a ser utilizadas em Portugal e na Espanha, no início do século XVII, a produção de um novo modelo de mesas, mais sofisticado, surgiria a par das mesas precedentes, ficando conhecido como mesa de pés de lira.

A mesa de pés de lira espanhola apresentava como novidades estéticas e formais, a decoração das pernas em forma de lira e a aplicação de um aro preenchido com gavetas – em número variável. As gavetas apareciam decoradas com incisões naturalistas e/ou geométricas, estando a separação entre elas preenchida por entalhes de volutas³⁶. Na sua maioria, eram feitas com madeiras nativas como a nogueira.

Como herança das mesas de cavalete anteriores, as mesas de pés de lira espanholas continuaram a manter os tirantes em ferro (em forma de X), e a ligeira inclinação das pernas para fora (Fig. 5.1).

No final do século, com os alvares do Barroco, as mesas de pés de lira espanholas começam a ser produzidas já sem os tirantes em ferro, com o travejamento em madeira e com as prumadas das pernas direitas. Apresentavam também uma maior profusão do trabalho do torno na decoração das pernas, desaparecendo por completo o corte dos pés em «ss» (Fig. 5.2).



Fig. 5.1. Mesa de Pés de Lira espanhola em nogueira com três gavetas. Travejamento entre as pernas em ferro. Século XVII (1º metade). Dim: 78*170*75. Fonte: <https://hansord.com/a-17th-century-spanish-walnut-table> (acesso 08/04/2020)

Fig. 5.2. Mesa espanhola em nogueira, com três gavetas. Pernas torneadas, travessas em madeira. Século XVII (finais). Dim: 81*210*83cm. Fonte: <https://colonialarts.com/collections/furniture/products/spanish-baroque-period-table-2> (acesso a11/04/2020)

A profusão desta tipologia na Península Ibérica deu origem a uma variante nacional da mesa de pés de lira espanhola. A mesa de pés de lira portuguesa, também denominada filipina, tinha como principal diferença da congénere espanhola, a substituição dos tirantes em ferro por travessas em

madeira entre as pernas. Embora o trabalho deste travejamento, quando desprezioso, mais não fosse que o simples corte à grossura da madeira (ou o chanfro das arestas), em produções mais elaboradas era comum as travessas apresentarem torneados de bolas, bolachas e/ou discos (elementos que, tal com as balaustradas, eram correntes na arquitectura hindu³⁷). Outro aspecto diferenciador da mesa de pés de lira portuguesa do modelo espanhol, era apresentar a prumada das pernas direita, inexistente nesta última.

A restante estrutura e ornamentação mantinha-se semelhante às congéneres espanholas. No entanto, é de assinalar a forte ortodoxia portuguesa deste período em relação aos embutidos em marfim e os acessórios, como as ferragens, doiradas e vazadas segundo inspiração indiana.³⁸

Os melhores exemplares eram feitos com madeiras exóticas como o pau-santo,³⁹ o vinhático e a sicupira (Figs. 6.1 e 6.2), surgindo também mesas produzidas em madeiras nacionais como a noqueira e o castanho, sobretudo no norte de Portugal e nas regiões de província (Figs. 6.3 e 6.4).

A mesa portuguesa de pés de lira foi um modelo de larga perfusão em Portugal⁴⁰ e que chegou mesmo a galgar fronteiras, influenciando, por sua vez, alguns modelos estruturados pelo gosto dos torneados portugueses, nas regiões espanholas da Galiza e Salamanca⁴¹.

Porém, a profusão e a divulgação do móvel de pousar em Portugal, no século XVII, não se fazia apenas da proximidade com os modelos ibéricos e com o mundo mediterrâneo ou do contacto com o exotismo do Oriente. Não só na metrópole, mas também no Brasil e nos Açores, os holandeses comercializavam, nos portos nacionais, mesas de abas ou cancela (“*gate leg*”), na sua maioria em carvalho ou noqueira. Estas mesas de origem inglesa⁴² apresentavam uma versatilidade estrutural que facilitava a sua deslocação e arrumação dentro da casa, adaptando-se melhor às necessidades domésticas e do conforto no dia-a-dia⁴³.

Apesar de conhecidas no território nacional,⁴⁴ em particular no norte, onde são chamadas de “mesas holandesas”⁴⁵, estes modelos tiveram maior divulgação nos territórios portugueses ultramarinos, como no Brasil e nos Açores, ficando neste último caso, simplesmente conhecidas como “mesas de cozinha”⁴⁶(Fig.7.1).

Mas a tipologia das “*gate-leg*” não terá sido seguramente o primeiro modelo de mesa difundido pelos holandeses em Portugal. Por esta altura, as intensas relações entre os dois países já teriam possibilitado o contacto dos portugueses com um outro tipo de mesa de abas extensíveis⁴⁷ (sistema que provavelmente se terá inspirado nas “*gate-leg*” inglesas), associadas ao trabalho do desenhador flamengo Hans Vredeman de Vries⁴⁸ (1580). Essas mesas, de inícios do século XVII, eram feitas em carvalho e suportadas por pernas de torneados bolbosos de bolas, ligadas por travessas (Fig.7.2).

A partir de 1670, começa a ser produzido, no Norte dos Países Baixos, um modelo de mesa de encostar que depressa se difundirá pela Europa. Estas mesas de encostar à parede apresentavam o aro decorado com linhas curvas e ondulantes, sendo os suportes compostos por entalhes de trabalhos bolbosos, de torneados ou em balaústre.⁴⁹



Fig. 6.1. Mesa filipina em pau-santo, com duas gavetas com a reserva central decorada com motivos florais, vegetalistas e enrolamentos e filetes e motivos estilizados embutidos. Dim: 75*83,5*59,5 cm Fonte: Lote 82, Leilão nº 367, 1º Sessão, 3 de Abril de 2019. Palácio do Correio Velho, Leilões e Antiguidades S. A., Lisboa.

Fig. 6.2. Mesa filipina em sicuripa e vinhático, com tampo e frente das gavetas faixado a pau-santo, ébano e vinhático com filetes embutidos de marfim. Dim: 80*125*82,5 cm Fonte: Lote 279, Leilão nº 198, 25 de Fevereiro de 2019, Cabral Moncada Leilões, Lisboa.

Fig. 6.3. Mesa filipina em nogueira com duas gavetas. Dim: 75*150* 67,5 cm Fonte: Lote 249, Leilão nº 122, 15, 16 e 17 de Novembro de 2010, Cabral Moncada Leilões, Lisboa.

Fig. 6.4. Mesa filipina em castanho, frente das gavetas relevadas, travejamento central torneado, pernas e travessas recortadas. Dim. 75*126*66 cm Fonte: Lote 483, Leilão nº 179, 31 de Maio de 2016, Cabral Moncada Leilões, Lisboa.

Em relação às anteriores mesas holandesas, este novo modelo surgia, na sua grande maioria, sem as abas extensíveis e com dimensões mais reduzidas. Por outro lado, esta mesa de encostar apresentava uma melhor plasticidade do entalhe do suporte e o aro podia estar ou não preenchido por gavetas.

Destinadas ao uso mais adstrito do dia-a-dia de um maior número de classes sociais, estas mesas de encostar eram feitas sobretudo em carvalho e em nogueira, seguindo formalmente de perto o modelo da mesa holandesa anterior (Fig. 7.3 e 7.4).

É desta grande perfusão de influências e de geografias no mobiliário de pousar que, a partir de meados do século XVII, a mesa, e em geral o

mobiliário em Portugal, aos poucos se começa a libertar de uma certa austeridade e simplicidade (de clara ortodoxia eclesiástica), que caracterizou o período filipino (1580-1640), para centrar o gosto numa arte mais sensorial, solene e grandiosa, que, embora ainda com alguma rispidez nos excessos decorativos, dava extrema importância à ornamentação das formas.



Figura 7.1: Mesa de abas ou cancela inglesa em carvalho. Século XVII (finais). Dim: 71*90*77cm. Fonte: <https://www.loveantiques.com/antique-tables/gateleg-tables/small-17th-century-gateleg-table-120611> (acesso a 14/04/2020).

Figura 7.2: Mesa de abas holandesa século XVII (inícios). Mesa de abas com três folhas em carvalho. Pernas com entalhes bolbosos. Dim: 75*130 (220 aberta) *79cm. Fonte: Lote 571, <https://www.invaluable.com/auction-lot/a-17th-century-dutch-oak-draw-leaf-dining-table-571-c-a2343eeaff> (acesso a 17/07/2020).

Figura 7.3: Mesa holandesa, século XVII/XVIII. Mesa em carvalho com uma gaveta, saial reduzido e ondulante, pernas em balaústre bolbosos. Dim: 81.5*127*70,5cm. Fonte: Lote 301, Christie's Interiors. London, South Kensington, 19/02/2008. <https://www.christies.com/lotfinder/furniture-lighting/a-flemish-oak-table-17th-century-and-5037558-details.aspx> (acesso a 08/04/2020)

Figura 7.4 Mesa holandesa em carvalho com saial recortado com linhas curvas, pernas em balaústre. Século XVII. Dim: 74*137*60cm Fonte: Lote 403, European Furniture & Decorative Arts, 05/04/2014, The Saleroom <https://www.the-saleroom.com/en-gb/auction-catalogues/skinner-inc/catalogue-id-srski10013/lot-c7ba8d2d-f25a-42b7-b7c5-a426007d39bc> (acesso a 10/04/2020)

Na verdade, a sociedade portuguesa não era indiferente às alterações dos comportamentos e da vida social que se começavam a evidenciar por toda a Europa. No quotidiano social das elites, estas mudanças foram marcando uma maior preocupação com a etiqueta e com os modos de representação do poder. Na vida doméstica, essa codificação e hierarquização social traduziu-se numa maior compartimentação dos espaços interiores, aos quais começariam a estar associados uma significativa diversidade tipológica de mobiliário de aparato, em conformidade com os novos costumes.⁵⁰

Por outro lado, não podemos também esquecer que nos últimos anos do século XVII, se começa a assistir à implementação das primeiras políticas de fomento da produção nacional e de restrição da importação de determinados bens de luxo, como forma de responder à grave crise económica e financeira que o país atravessava. Para além do esforço de guerra com a Espanha, as medidas proteccionistas das potências europeias com os produtos coloniais (que conduzia à queda do preço do açúcar brasileiro e do tabaco) e a crise do metal precioso (devido à dependência crónica de produtos manufacturados de luxo estrangeiros e de cereais), precipitava a baixa dos preços de algumas mercadorias, a redução das trocas comerciais e a quebra das receitas alfandegárias e do comércio colonial, contribuindo todos estes factores, para a difícil situação financeira de Portugal no final do século.⁵¹

Assim, as novas políticas pretendiam que, através de uma legislação restritiva ao consumo de produtos importados, se iniciasse um sistema de incentivos conducentes à criação de manufacturas e ao fomento da produção e consumo do trabalho nacional.⁵² Estas políticas previam ainda a actuação da Coroa na produção, no investimento em infra-estruturas e na organização do fornecimento das matérias-primas, nas quais, o comércio de essências exóticas, em particular do “*pau-preto*”, representava, na teia económica da nação, números elucidativos desde o século XVI⁵³.

Será a partir desta altura que as manufacturas de produção de mobiliário nacionais, apoiadas numa mão-de-obra especializada de importantes mestres e oficiais⁵⁴, começariam a ocupar um lugar de destaque no movimento das artes industriais portuguesas⁵⁵, dando origem a que nos finais do século XVII, se começasse a produzir mobiliário, segundo o historiador Robert C. Smith, num verdadeiro Estilo Nacional⁵⁶.

O carácter deste estilo de mobiliário nacional encontrava-se sobretudo na tradição renascentista, aliada à decoração barroca de finais do século. Porém, a sua verdadeira essência, residia na elegante simplicidade com que das potencialidades materiais e estéticas do pau-santo brasileiro se retiravam efeitos decorativos, não de elaborados trabalhos escultóricos ou de entalhe, mas da utilização brilhante de molduras trabalhadas, de torneados, de volumes e da aplicação de uma enorme variedade de elementos de latão.⁵⁷

Este espírito da primeira fase do mobiliário Barroco em Portugal pretendeu atravessar os limites físicos e formais impostos na época anterior, contribuindo para isso a maior vocação dos marceneiros e artesãos nacionais para a decomposição das formas e para o preenchimento dos espaços vazios com elementos decorativos de nítida influência islâmica e hindu, como o latão

rendilhado, os torneados e as incisões de tremidos e espinhados de múltiplos brilhos.⁵⁸

Serão estes os elementos basilares de uma intensa produção de mobiliário em Portugal, durante cerca de 50 anos (1680 - 1725)⁵⁹, tendo as suas características formais sofrido muito poucas alterações ao longo do tempo.⁶⁰ Entre os modelos mais emblemáticas deste período, ligado à primeira produção industrial de mobiliário em Portugal, encontram-se o bufete (Figs. 8.1-8.4).

O bufete surge, no mobiliário Barroco português, como uma reacção da “moda” em relação à sobriedade que caracterizava as mesas do período anterior⁶¹. Formalmente são peças perfeitas no traçado e muito ricas na decoração, sem que no entanto se mostrem supérfluas, mesmo quando sumptuosas. São móveis sóbrios e robustos, todavia elegantes e cheios de beleza. Neles triunfam as linhas curvas e os exageros dos volumes, na aparente desordem de uma teatralidade equilibrada.



Fig. 8.1. Bufete em pau-santo com as pernas torneadas e bordo da mesa encordado. Cubos decorados com metal recortado com parafusos gomados. Dim: 85*147*80cm. Fonte: Museu de Alberto Sampaio, Guimarães, NI: MAS M 20.

Fig. 8.2. Bufete em pau-santo com tampo de secção rectangular, dez gavetas (quatro fingidas nos topos), quatro pernas, torneadas em bolachas e coluna torça, pés em bola achatada. Dim: 84*140*89 Fonte: Palácio Nacional da Pena, Sintra, NI: PNP1452.

Fig. 8.3. Bufete em pau-santo e bronze. Estrutura-se num tampo liso, rectangular apresenta quatro gavetas em cada alçado principal, num número total de oito Assenta em seis pernas torneadas com bolachas achatadas e discos, ligadas ao travejamento inferior (em forma de H). Dim: 86*190*62, Fonte: Palácio Nacional de Sintra, NI: PNS2948.

Fig. 8.4. Bufete pau-santo aplicações em bronze português. Dim: 80*142*86cm. Fonte: Lote 623, Leilão nº 179, 31/05/2016, Cabral Moncada Leilões, Lisboa.

Ao nível da sua concepção, é também possível perceber que o bufete foi uma peça criada com uma nova visão, mais global, em relação aos diferentes pontos de onde podia ser observado, rompendo conceptualmente com o mobiliário dos períodos anteriores, concebidos para um efeito facial único, ligado à parede, onde estaticamente costumavam ser alinhados⁶².

Mas apesar desta evidente ruptura conceptual com os modelos das mesas anteriores, na análise dos aspectos identitários do bufete em exemplares de época mais extemporâneos (Fig. 9.1 e 9.2), não deixa de ser possível identificar no desenvolvimento da transição formal, a maneira como os marceneiros e torneiros portugueses interpretaram no bufete, as soluções dos diferentes modelos das mesas precedentes.

Por conseguinte, é possível identificar nesses exemplares de “transição”, como a partir dos volumes bolbosos das pernas das mesas holandesas do século XVII, essas formas se começam a decompor no bufete em sensações de volume, transmitidas pela sobreposição de discos torneados de estrangulamentos precisos e delicados.

Da tradição dos modelos das mesas de pés de lira portuguesas, terá continuado a evolução na profusão do trabalho do torneado (e das suas soluções), nas travessas e o prosseguimento das aplicações no aro de volumes entalhados (ou de simples recortes geométricos), a fazer a separação entre as gavetas que, beneficiando das potencialidades rítmicas de entalhe do pau-santo, conseguiriam novas exuberâncias.



Fig. 9.1. Bufete, em castanho e pau-santo, com aro com duas gavetas verdadeiras e quatro fingidas, almofadadas e emolduradas, assente em quatro pernas de balaústre. Dim: 85*136*77cm. Fonte: Museu dos Biscainhos, Braga. NI: 87 MB.

Fig. 9.2. Bufete em pau-santo com oito gavetas (dos topos fingidas), assente em pernas em balaústre, pés em bola achatada. Dim: 72*110*85. Fonte: https://www.1stdibs.com/furniture/asian-art-furniture/furniture/table-17th-century-baroque-portuguese-brazilian-rosewood/id-f_15797412/ (acesso a 16/04/2020)

O trabalho do torneado e principalmente o rendilhado das ferragens revelam nítidas influências exóticas. Se no caso do trabalho do latão, parece clara a origem nas ferragens ricamente trabalhadas das bancas, das mesas e, em geral, de todo o mobiliário Indo-Português, no caso do torneado, apesar de muitos modelos terem com certeza chegado aos torneiros portugueses via

Carreira da Índia⁶³, a mestria e a excelência com que foram executados são indicadores de uma prática nesta “arte” perfeitamente compreendida e estabelecida na marcenaria da época, com ligação a raízes de forte tradição islâmica, patente não só na produção de mobiliário em Portugal⁶⁴, como em outras “artes” como os couros, a ourivesaria e o vidro.

A aplicação de tremidos, torcidos e espinhados (Fig. 8.3), no bufete, é uma solução decorativa que tradicionalmente vem sendo associada à influência holandesa no mobiliário de Estilo Nacional⁶⁵. O fundamento deste vínculo decorre sobretudo de dois aspectos, por um lado, a moda e a divulgação que os escritórios, contadores e armários holandeses, com molduras e filetes de tremidos em ébano, gozaram, durante o século XVII, por toda a Europa, e por outro, a proximidade na essência e no efeito ornamental deste elementos nas produções flamengas, com as potencialidades decorativas que então se experimentavam com o pau-santo em Portugal.

Apesar disso, no caso do bufete, para além de não ser possível estabelecer uma relação directa com o uso de tremidos, torcidos e espinhados nas mesas holandesas precedentes, da análise à perfusão e à extravagância com que a acção rítmica destes elementos foi organizada, é, por si só, reveladora, de um conhecimento mais hábil das suas potencialidades plásticas, e distinto, na complexidade e na dimensão, das composições e dos efeitos que se podiam encontrar nos escritórios, contadores e armários flamengos.

A expressão e o carácter pictórico das composições de tremidos, torcidos e espinhados no bufete, resultam também eles da síntese, do gosto e da técnica mourisca, que permaneciam nas oficinas portuguesas e eram desconhecida do Norte da Europa⁶⁶.

Além disso, a densidade simbólica e a plasticidade com que foram aplicados, num claro horror ao vazio, são difíceis de dissociar da influência do dinamismo e da riqueza da perfusão decorativa que tipicamente caracterizou o mobiliário oriental, e que também se reflectiu na decoração dos móveis portugueses⁶⁷.

Assim, a vocação tradicional para associar os torcidos, tremidos e espinhados como uma característica inequívoca da influência do mobiliário flamengo, será uma análise algo limitada a analogias com a “imagem” das influências do gosto e das modas europeias, não percebendo no dinamismo da inovação, a sua correcta interpretação, à luz da predominante tradição islâmica e das sugestões orientais que, como vimos, perduravam na marcenaria portuguesa da época⁶⁸.

No período Joanino, é possível perceber uma certa continuidade na evolução da plasticidade do trabalho do torneado e o desenvolvimento pleno da sensação de volumetria do intrincado das incisões no trabalho decorativo. Esta mudança foi particularmente visível no talhe em dupla espiral que se começou a revelar no travejamento das quadras e numa maior sensação de volume, complexidade e dinamismo da ornamentação⁶⁹.

À parte destas ténues alterações que ocorrerão no séc. XVIII, o bufete irá manter praticamente inalteradas as suas características físicas e formais ao longo de uma produção de quase três séculos, tanto em Portugal como no

exterior⁷⁰, destacando-se não só por este motivo mas também pela sua singularidade, beleza e simbolismo, dentro das tipologias do mobiliário de pousar em Portugal e no Mundo.

3. A utilização e localização dentro da habitação

3.1 Finais do século XVII

Foi a partir de meados do século XVII que, nas características itinerantes e multifuncionais dos espaços interiores⁷¹, se começa a assistir a uma sucessiva compartimentação da área habitacional, no sentido da hierarquização dos espaços próprios e de uma sociabilidade que começava a transformar os seus modos de representação, as suas necessidades de aparato e de bens utilitários. Uma das grandes inovações na arquitectura dos espaços interiores foi criação de zonas intermédias entre as áreas públicas e privadas, permitindo que um conjunto de assoalhadas, designadas como “câmaras”, “antecâmaras” e “entrecâmaras”, que se situavam entre o quarto de dormir e o salão, se transformassem, tornando-se mais “próximas” deste último, e, mais tarde, seus satélites, dando origem, por exemplo, às salas de jogo, de jantar e de música, entre outras, igualmente com uma valência específica⁷².

Apesar de o bufete poder ser considerado como um móvel civil de aparato, pela singularidade da sua perfusão decorativa e concepção formal, e a versatilidade de que se revestiu a sua utilização ao longo do tempo, permitiu que ele desempenhasse funções utilitárias em actividades tão diversas como: mesa de centro, mesa de apoio (provisório ou definitivo) a móveis e acessórios de adorno e/ou serviço doméstico, mesa de despacho, mesa de estrado, mesa de encostar, mesa de escrever, de jogar, de comer e de recepção.

Bluteau define o “*bofete*” como uma mesa “... em que se escreve, ou em que se conta dinheiro⁷³”; “... ou se joga ou que servem de ornato à casa...”.⁷⁴ Com base nestas definições é possível verificar que, desde o início da sua produção, o bufete foi concebido com intuítos ambivalentes relativamente definidos e distintos. Por um lado, o de ser uma mesa utilitária, por outro, o de ser um móvel de aparato.

A sua utilização inicial seria como mesa de despacho e redacção de documentação, de contabilidade e de momentos lúdicos como jogar. Estaria colocado nos espaços da habitação destinados a essas actividades como as salas de recepção, as antecâmaras⁷⁵, a “livraria”⁷⁶ e os gabinetes⁷⁷ (de natureza privada ou semi-pública), associados ao quarto de dormir. Serviriam também de apoio permanente (ou provisório), aos utensílios de escrita e de jogo como o tinteiro, o areeiro, o papel ou o tabuleiro.

Para além da utilização que nos testemunha Bluteau, os bufetes aparecem noutros espaços domésticos a desempenhar funções diferentes. Por exemplo, era comum que os bufetes de maiores dimensões fossem colocados ao centro dos grandes espaços de recepção⁷⁸, como mesa de aparato e de apoio a outros móveis⁷⁹ e/ou a acessórios decorativos como pratos, porcelanas da China e loiças da Companhia das Índias (Fig. 10.1 e 10.3). Os de dimensões mais reduzidas desempenhavam as mesmas funções, mas estavam normalmente encostados à parede⁸⁰, sendo comum serem encimados com

espelhos e ladeados por cadeiras com brocados, até meados da centúria seguinte⁸¹ (Fig. 10.4).

Era igualmente vulgar os bufetes estarem cobertos com tecidos ricos, como os “*panos de bofete*” franjados a ouro, alcatifas da Índia, damascos, couros ou rendas.⁸² Podiam também servir como móveis para comer, encontrando-se nos locais destinados a refeições⁸³, não lhes estando, no entanto, associado conjuntos de cadeiras ou qualquer outro tipo de estéticas de conjunto.



Fig. 10.1. Sala das Tapeçarias. Palácio de Vila Viçosa.

<http://evora.360portugal.com/Concelho/VilaVicosa/PacoDucal/QuartoDAMelia/index.php>
(acesso a 19/05/2020).

Fig. 10.2. Bufete de estrado em pau-santo com travejamento torneados, ferragens em bronze. Século XVII. Dim: 47* 67* 48 cm Fonte: Lote 243, Leilão 201, 23 de Setembro de 2019, Cabral Moncada Leilões, Lisboa.

Fig. 10.3. Sala da Medusa. Palácio de Vila Viçosa. Carita, Hélder, Cardona, Homem, *Oriente e Ocidente nos Interiores de Portugal*, Civilização Editora, Exemplar 5885, p. 72.

Fig. 10.4. Sala dos Duques, Palácio de Vila Viçosa.

http://descobrirvilavicosas.blogspot.com/2011/11/o-paco-ducal-de-vila-vicosa_5652.html
(acesso a 19/05/2020)

Os bufetes serviram ainda de mesa de estrado no ambiente doméstico feminino. (Fig. 10.2) De tradição islâmica (e que se prolongou até ao século XIX), era normal nas câmaras e antecâmaras reservadas às senhoras, que se sentassem em almofadas em cima de estrados ou em tapetes ao nível do chão, exigindo esse costume a adaptação dos bens utilitários à altura desse espaço.

3.2 Século XVIII

Será ao longo da primeira metade do século XVIII que o mobiliário começará progressivamente a sofrer influências de carácter mais europeu. De expressão mais citadina, num certo sentido mais ligado às encomendas das altas classes sociais⁸⁴ e ao seu deslumbramento com a moda e o fausto das cortes europeias, ficará no entanto circunscrito a esses núcleos cortesãos mais restritos, pouco alterando a larga produção de mobiliário nacional.⁸⁵

Ao nível dos espaços interiores, apesar de se começar a manifestar uma crescente tendência para a ostentação (quase que teatral), continua a manter-se o mesmo sentido simples das composições anteriores. A casa continuará como um símbolo de dignidade ética e social, ainda fechado à vida pública e ao receber quotidiano, pouco se alterando nos hábitos de vida doméstica e nas necessidades funcionais dos seus bens utilitários (Fig. 11.2)⁸⁶.



Fig. 11.1. Sala de espera do palácio do Correio-Mor (século XVII). Loures. Carita, Hélder, Cardoso, Homem, *Oriente e Ocidente nos Interiores de Portugal*, Civilização Editora, Exemplar 5885, p. 151.

Fig. 11.2. Ambiente Açoriano, século XVIII. Oliveira, Ernesto. F. *Mobiliário Açoriano; elementos para o seu estudo*, RAA, 1981, p 283.

Fig. 11.3. Entrada do Palácio dos Condes da Anadia (século XVIII/XIX), Mangualde. Carita, Hélder, Cardoso, Homem, *Oriente e Ocidente nos Interiores de Portugal*, Civilização Editora, Exemplar 5885, pp 126 e 127.

Fig. 11.4. Sala de recepção (das Bicas), Palácio de Belém (século (XVII/XVIII), Lisboa. https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sala_das_Bicas_-_Palácio_Nacional_de_Belém_09.jpg (acesso a 19/05/2020)

Não se poderá ignorar que após o Terramoto de 1755, o Marquês de Pombal tentará determinar a feição das artes decorativas, pondo fim a um ciclo que privilegiava os valores da representação e do aparato.⁸⁷ Apesar disso, a azáfama das elites de então com a reposição dos bens recentemente perdidos, suavizará qualquer hiato da opulência desaparecida, embora com novas modernidades e novos paradigmas sociais dos espaços interiores.⁸⁸

Será a partir de meados do século XVIII que a vida e os ambientes domésticos começam progressivamente a ganhar interesse pelo conforto e pelo requinte da casa. Surge uma nova compreensão do significado da habitação, no sentido do aumento do conforto dos espaços e da sofisticação dos bens utilitários, abandonando os interiores portugueses a apropriação da grandeza austera e a dignidade ética que os vinha caracterizando no século anterior.

A casa que antes era um espaço íntimo e reservado, começa a ser palco de frequentes festas sociais, concertos, recitais, reuniões literárias, entre outras actividades de convívio, exigindo um novo mobiliário de utilização quotidiana, mais requintado e menos solene do que até aí se observava. A vida social também começava a mudar, em particular os hábitos da mulher de se sentar no chão e a sua reclusão a áreas femininas reservadas. Tanto o mobiliário como a casa vão largando o paradigma simbólico de hierarquia e de poder social, para começarem a adquirir o significado utilitário e de conforto como o conhecemos.⁸⁹

Os bufetes deixam de ser usados como mesa de aparato e de apoio a acessórios, de servir como mesa de jogo, de mesas de centro, de comer e de estrado.⁹⁰

É desta forma que o bufete começa a ser substituído nos espaços mais nobres da habitação por outras tipologias mais leves, mais funcionais e delineadas para uma utilização específica do contexto a que se destinavam.⁹¹

Nos espaços domésticos onde se continuava a manter a necessidade de algum simbolismo e majestade, como as salas de recepção e de espera⁹² (Fig. 11.1 e 11.4) e as “casas das livrarias”⁹³, o bufete continuará a ser utilizado como mesa de recepção, de escrever e de despacho. Apesar disso, nos finais do século XVIII, no geral os bufetes serão relegados para os pisos térreos de entrada⁹⁴ (Fig. 11.3).

3.3 Século XIX

Até ao 1º quartel do século XIX, assiste-se a uma certa continuidade da maneira de viver. Na verdade, a concepção dos espaços domésticos provém das mesmas classes sociais mais sofisticadas e voltadas para os bens materiais, para o conforto e para a comodidade. A casa deixa, efectivamente, de ser um símbolo hierárquico e moral, para se tornar num local com espaços adequados de habitação e convivência, como as salas de estar e jantar.

No mobiliário de pousar, as mesas diversificam-se numa multiplicidade de funções. Aparecem as mesas de chá, de escritório, de cabeceira, de costura etc. Caracterizam-se por formas delicadas, rectas e sóbrias. São decoradas com marchetados e filetes de vários desenhos embutidos com madeiras claras, de tons mais leves e suaves⁹⁵.

Neste período, a localização do bufete continuará nas salas de entrada⁹⁶, átrios de recepção⁹⁷ e nas livrarias⁹⁸, como mesa de despacho e de recepção, traduzindo essa utilização um espírito mais pessoal e autêntico.

Após o 1º quartel do século, surgem alterações que implicam mudanças na estrutura da ocupação dos espaços domésticos. Se no século anterior a sala se organizava em grupos de cadeiras apoiadas por mesas, cedem neste momento a uma organização a partir do centro, onde estaria colocada uma mesa redonda envolvida com cadeiras, obrigando à disposição quase que estereotipada de consolas, de cadeiras e de tocheiros ao longo das paredes. É também nesta época que aparecem as mobílias de quarto, de sala, de sala de jantar, formando conjuntos de unidades formais.

Esta moda passageira em Portugal de influência do «estilo império» francês, é rapidamente ultrapassada por estilos nacionalistas que melhor expressavam as grandezas passadas e sobre as quais, a nova monarquia liberal se tentava apoiar. Por outro lado, uma vaga de grandes construções de edifícios públicos, como museus e teatros, vêm acentuar ainda mais esta tendência para enaltecer os grandes estilos nacionais.

É neste período que a utilização do bufete ganha de novo importância e simbolismo no aparato da composição dos cenários domésticos, como objectos representativos de uma certa grandiosidade e solenidade nostálgica, tipicamente romântica.

Na verdade, as primeiras formas românticas foram tentativas de reconstrução fiel das formas do passado. Porém, a pouco e pouco, essa reconstituição vai perdendo o seu sentido para o conforto, tornando alguns modelos numa visão particular e nostálgica da história.

Ademais, o desenvolvimento de fábricas de mobiliário vai proporcionar uma grande oferta de objectos utilitários e de decoração que, no seu sentido mais fácil, irão adulterar as decorações e as formas. Nesse sentido, se os modelos e a ornamentação do mobiliário em pau-santo de finais do século XVII, em particular do bufete, continuam a ser produzidos com praticamente as mesmas características formais e materiais das peças de Seiscentos⁹⁹, ao nível da sua concepção, os exemplares do século XIX reflectem em alguns casos alterações na sua estrutura e na originalidade, relacionadas com as comodidades e as necessidades práticas da decoração em voga no gosto dos interiores da época¹⁰⁰.

Assim, deste período, é possível encontrar bufetes em que o travejamento das pernas em quadra é substituído por um travejamento com uma travessa central¹⁰¹ (certamente para proporcionar maior comodidade a sentar diante do bufete), ou por travejamentos “em tesoura”¹⁰². Em algumas situações foram produzidos “aos pares”¹⁰³. Surgiam também exemplares com a aplicação de peles gravadas e recortadas na sua superfície, revestimento em moda no mobiliário de escrever.¹⁰⁴ Por outro lado, modelos que anteriormente estavam destinadas a hábitos domésticos caídos em desuso, como eram o caso do bufete de estrado, continuam também a ser fabricados, mas agora destinados a outras funções, como por exemplo de servir como mesa de apoio nas salas a ternos e canapés, ou em algumas situações, como mesas-de-cabeceira.

Aparecem ainda nesta época, já sem a grandeza da marcenaria portuguesa, móveis de conjunto, nomeadamente para escritórios e bibliotecas,¹⁰⁵ produzidos em madeiras comuns pintadas de negro (ou faxeadas a pau-santo), que, se por um lado, identificavam as necessidades do gosto burguês, por outro, não deixaram de perpetuar um certo abastardamento do Estilo Nacional com “pastiches” formais, numa total incompreensão do sentido das suas formas¹⁰⁶.



Fig. 12.1. Aguarelas, Henrique Casanova (1889-1895). Colecção de interiores dos Paços Reais da Ajuda, de Sintra e da Cidadela de Cascais. Quarto de D. Luís no Paço de Sintra, onde aparece representado um bufete a servir de mesa de apoio ao toucador Dim: 20*40.5cm. Fonte: Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa. NI: 55450/17

Fig. 12.2. Aguarelas, Henrique Casanova (1889-1895). Colecção de interiores dos Paços Reais da Ajuda, de Sintra e da Cidadela de Cascais Quarto de D. Luís na Cidadela de Cascais, onde surge representado um bufete a servir como mesa para escrever. Dim: 20*20.7cm Fonte: Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa. NI: 55450/11.

Fig. 12.3. Aguarela, Henrique Casanova (1889-1895). Sala da Cidadela de Cascais, onde aparece representado um bufete entre os restantes bens de mobiliário. Esta aguarela é também elucidativa do gosto eclético por objectos que marcava este período. Colecção de interiores dos Paços Reais da Ajuda, de Sintra e da Cidadela de Cascais. Fonte: Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa. NI: 55450/10.

Fig. 12.4. Fotografia do Rei D. Luís I (1886-88). Fonte: Palácio Nacional de Sintra, Sintra. NI: PNS5867.

Ao longo do século o bufete continuará a desempenhar as funções de mesa de recepção e de despacho¹⁰⁷ em salas de espera, de despacho, bibliotecas, átrios e escadarias. Apesar disso, começa de novo a aparecer nos espaços mais íntimos como os quartos e as salas de estar (Fig. 12.3), a servir de mesa de apoio a móveis acessórios de adorno e/ou serviço doméstico (como toucadores) ou a servir como mesa de escrever (Fig. 12.1 e 12.2).

3.4 Século XX e XXI

No decorrer do século XX, o modernismo em Portugal iria trazer consigo modificações nos estilos, no gosto, nos costumes e nas exigências da habitação e dos seus bens utilitários. Por outro lado, ocorrem transformações no paradigma industrial da produção de mobiliário, no sentido da progressiva actualização e desenvolvimento dos processos produtivos, em particular no maior investimento no voluntarismo artístico, no design do mobiliário em madeira e na utilização de novos materiais como o contraplacado (1920), e o tubo metálico cromado (1930)¹⁰⁸.

Todavia, na década de 1940, era ainda comum na sociedade portuguesa o apreço pela decoração do século XVII, nomeadamente, com o mobiliário de escritório de torcidos e tremidos do século XIX, estando a sua produção vulgarizada em algumas unidades fabris do Norte de Portugal, em particular, em Paços de Ferreira¹⁰⁹.

A década de 1950 ficará marcada pela viragem para a sociedade de consumo tal como hoje a conhecemos. Os objectos começam a ser entendidos não só pelo seu lado utilitário, mas também pela sua estética, marcando uma mudança do paradigma do design do mobiliário português até à contemporaneidade.

Se no início do século XX, os bufetes ainda deveriam manter as funções (e a sua localização) dentro da habitação, ao longo do tempo foram deixando de ser utilizados na maioria dos espaços domésticos portugueses, sobretudo, devido à introdução da modernidade e dos novos estilos artísticos (como a Arte Nova), na produção de bens utilitários de mobiliário em Portugal.¹¹⁰

Os exemplares que continuaram a ser utilizados na vida civil, mantiveram-se essencialmente nos mesmos espaços públicos e privados das habitações dos finais do século XIX e inícios do século XX.¹¹¹

Além disso, as peças produzidas nos séculos XVII, XVIII e XIX, começam aos poucos a ser integradas no Património Cultural português, passando a estar incluídos em colecções e museus ou então inseridos dentro do mercado das antiguidades.¹¹²

Apesar de, como vimos, as necessidades e os paradigmas modernos começarem a afastar de forma natural o bufete da composição dos interiores portugueses, não deixa de ser curioso que é também no século XX, que na cultura e na sociedade portuguesa, o bufete irá recuperar parte do sentido vernacular das suas fórmulas do simbolismo solene e da dignidade hierárquica do seu aparato. Seguramente já não tanto no decoro dos espaços interiores domésticos, mas antes na compostura simbólica do sentido de um “certo patriotismo”, em espaços de representação do poder político e

administrativo (como salas solenes de autarquias, administrações regionais etc.), e nas grandes cerimónias públicas e de estado.

Na verdade, a produção do bufete (e de todas as tipologias de mobiliário do Estilo Nacional em geral), nasceu de um período da história de Portugal de grande afirmação do sentimento do patriotismo nacional. A defesa desta individualidade pátria, não se manifestou apenas em termos militares, políticos ou económicos. Revelou-se igualmente no reconhecimento e na adopção de simbolismos na etiqueta e na hierarquia dos costumes sociais e domésticos dos portugueses que, por um lado, assegurassem a continuidade e a afirmação de Portugal e, por outro lado, de forma quase telúrica, identificassem uma consciência de estar e de viver caracteristicamente portuguesa.

Tal como tinha notado Robert C. Smith nos seus estudos sobre o mobiliário deste período: “... *It is as though the Portuguese, having found for furniture as they did in architecture a formula which expressed so well the solemn yet sumptuous character of their society were loath to alter it or give it up...*”¹³



Fig. 13.1. Tomada de posse de António Salazar como primeiro-ministro a 5 de Julho de 1932. Fonte [https://www.ebiografia.com/antonio de oliveira salazar/](https://www.ebiografia.com/antonio_de_oliveira_salazar/) (acesso a 15/04/2020).

Fig. 13.2. Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à C.E.E. a 12 de Junho de 1985. Fonte: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/eu-affairs/20150605STO63231/30-o-aniversario-da-adesao-de-portugal-e-espanha#missinglink> (acesso a 15/04/2020)

Fig. 13.3. Assinatura do Presidente de Angola no Livro de Honra do Palácio de Belém a 22 de Novembro de 2018. Fonte: <https://www.plataformamedia.com/pt-pt/noticias/politica/acompanhe-aqui-a-visita-de-joao-lourenco-10216668.html> (acesso a 15/04/2020).

Fig. 13.4. Tomada de posse do XXII Governo Constitucional de Portugal a 26 de Outubro de 2019. Fonte: <https://www.noticiasao minuto.com/politica/1346805/as-muitas-imagens-da-tomada-de-posse-do-novo-governo> (acesso a 18/04/2020)

No caso do bufete, esta característica do imaginário cerimonial português, tão bem identificada pelo historiador de arte americano no espírito setecentista, revela um simbolismo solene que nunca desapareceu por completo dos hábitos e dos padrões do aparato simbólico nacional.

São inúmeras as cerimónias solenes de estado importantes (Fig. 13), actuais ou de passado recente ao longo do século XX e nestes inícios do XXI, em que o bufete surge nesses eventos posicionado como o elemento unificador e estruturante do dinamismo e da etiqueta do espaço protocolar, continuando ainda nos dias de hoje a desempenhar, para além da sua função utilitária, o papel de representação simbólica da expressão do carácter dos momentos solenes de afirmação da sociedade portuguesa.

4. Considerações finais

Enquanto tema de investigação, o bufete não se tem constituído tópico de pesquisa diferenciada por parte daqueles que se dedicam ao estudo do mobiliário em Portugal. Na maioria dos casos, o bufete aparece apenas localizado em trabalhos ligados à produção de mobiliário dos finais do século XVII de Estilo Nacional (como uma das tipologias mais criativas e marcantes), sendo muito poucas as referências bibliográficas dedicadas exclusivamente ao estudo do bufete ou que distingam o seu modelo e o seu simbolismo, dentro do estudo da história do mobiliário em Portugal.

Nesse sentido, esta análise pretende contribuir para colmatar uma certa lacuna que existe a respeito de um estudo individualizado, mas abrangente, acerca dos diferentes aspectos que concorrem para a caracterização formal e simbólica do bufete.

Importa ainda frisar que o bufete, desde a sua origem, foi exportado ao longo do tempo para praticamente todo o Mundo. Do acolhimento e da reputação que sempre lhe foi reconhecida, deu origem em alguns contextos geográficos (como no Brasil), ao fabrico de muitas reproduções ou de variantes regionais. Noutros casos, ocorreram introduções de novos materiais ou ligeiras metamorfoses da sua estrutura, que em certa medida, mais não foram que interpretações das necessidades imediatas, algo descontextualizadas com o espírito versátil da sua utilização.

Apesar disso, nos seus pontos essenciais, permaneceu simbolicamente inalterado na forma identitária da sua composição e da sua essência, o que, de certo modo, representa a marca de como os modelos característicos do único estilo de mobiliário criado e produzido em Portugal, contribuíram para a afirmação do mobiliário tipicamente português, projectando-o a uma escala planetária, na história do mobiliário.

NOTAS

¹«Designação que vem do francês *buffet*, mas cuja função se distanciou. No mobiliário português esta denominação aplica-se a uma mesa de grandes dimensões e de decoração cuidada (...)», « (...) destinada a grandes espaços de recepção.» SOUSA, Maria da Conceição Borges de, Celina Bastos, “Normas de Inventário. *Mobiliário*, Artes Plásticas e Artes Decorativas,” *I.P.M* (Maio 2004): 74.

² É uma solução mais comum nos bufetes do século XIX.

- ³ Francisco E. Oliveira Martins, *Mobiliário Açoriano; elementos para o seu estudo*, RAA, 1981, p. 178.
- ⁴ Cabral Moncada Leilões – *Leilão N° 78*, Lote 39. Lisboa: Cabral Moncada Leilões, 6 de Março de 2006.
- ⁵ Cabral Moncada Leilões – *Leilão N° 77*, Lote 216. Lisboa: Cabral Moncada Leilões, 23, 24, 25 e 26 de Janeiro de 2006
- ⁶ Celina Bastos and António José Proença, *Museu de Lamego; Mobiliário*, IPM, 1999, p. 67.
- ⁷ Maria Helena Mendes Pinto, *Os Móveis e o seu Tempo, Mobiliário Português do Museu Nacional de Arte Antiga, séculos XV-XIX*, I.P.P.C./ M.N.A.A. Lisboa, 1985-1987, p. 7.
- ⁸ João Stooter, *Arte de Brilhantes Vernizes & das Tinturas*, 1728. <http://www.ciarte.pt/tratados/autores.html#S> (acesso a 19/05/2020)
- ⁹ A escolha desta baliza temporal resulta por um lado, da dificuldade em investigar mobiliário anterior ao século XVI, devido à inexistência de exemplares significativos, e por outro, porque ao longo da Idade Média, a tipologia e a sua utilização foi praticamente idêntica em toda a Europa. Sobre este assunto ver: Judith Miller, *Antiques Encyclopedia* (London, Octopus Publishing Group, 2003), 46.
- ¹⁰ Terão certamente existido outros modelos de mesas na época, dadas as variadas representações de mesas na pintura Quinhentista portuguesa. No entanto, para além de não terem chegado até nós nenhum desses exemplares, são nulas as menções aos modelos representados na pintura do século XVI nas fontes coevas, o que de alguma forma torna evidente que muitas dessas representações, poderão ser invenções do imaginário e da inspiração do autor. Bernardo Ferrão, *Mobiliário Português, A Centúria de Quinhentos*, Vol. 2 (Porto:Lello & Irmãos Editores, 1990) 277-311. Para além dos modelos que surgem nas pinturas do século XVI, poderemos ainda citar a mesa-escabelo. Todavia, e apesar de ser um modelo que chegou até aos nossos dias, considera-se que nos seus pontos identitários, pouco terá contribuído na evolução estética e formal do bufete.
- ¹¹ Maria Helena Mendes Pinto *Os Móveis e o seu Tempo, Mobiliário Português do Museu Nacional de Arte Antiga, séculos XV-XIX*, op. cit. p. 5.
- ¹² Maria do Céu Pereira Mateus de Medeiros, “O Mobiliário na pintura do século XVII em Portugal”, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, Universidade de Lisboa Faculdade de Letras, 2015, p. 22. <http://hdl.handle.net/10451/23861> (acesso a 10/04/2020)
- ¹³ Andrew Ciechanowiecki “Spain and Portugal”, in *World Furniture*, ed. Helena Hayward (Hamlyn, 1979): 104.
- ¹⁴ <https://www.nationalgallery.org.uk/paintings/diego-velazquez-philip-iv-of-spain-in-brown-and-silver> (acesso a 14/07/2020)
- ¹⁵ Judith, Miller *Antiques Encyclopedia, New Edition*, op.cit. p. 64.
- ¹⁶ *Mobiliário Português, A Centúria de Quinhentos*, Vol. 2, op.cit. p. 269.
- ¹⁷ Bernardo Ferrão, *Mobiliário Português, A Centúria de Quinhentos*, Vol. 2, cit. p. 274.
- ¹⁸ Designação utilizada por Oliveira Martins, *Mobiliário Açoriano; elementos para o seu estudo*, op.cit., p. 74.
- ¹⁹ Bernardo Ferrão crê que na época, era esta característica que distinguia as mesas denominadas “bufete”, das de cavalete e “de gonzos”. Bernardo Ferrão, *Mobiliário Português, A Centúria de Quinhentos*, Vol. 2. p. 292. Já Hélder Carita e Homem Cardoso, consideram que o termo bufete designava, na época, qualquer tipo de mesa. Hélder, Carita and Homem Cardoso, *Oriente e Ocidente nos Interiores de Portugal*, Civilização Editora, Exemplar 5885, p. 110.
- ²⁰ Francisco E. Oliveira Martins, *Mobiliário Açoriano; elementos para o seu estudo*, cit. p. 74.
- ²¹ Miguel Cabral de Moncada, “Época de Produção do Mobiliário Lusíada/1520-1750,” in *AAVV, ARTIS, Revista de História da Arte e Ciências do Património*, 2ª série, nº 1, Lisboa, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013, pp. 31-41
- ²² Miguel Cabral de Moncada, *Mobiliário Lusíada*, I.P.T., 2007, pp. 47-65. Edição Policopiada.
- ²³ Bernardo Ferrão, *Mobiliário Português, Índia e Japão*, Vol. 3 (Porto: Lello & Irmão. Editores, 1990), 129-132.
- ²⁴ Pedro Dias, *Arte de Portugal no Mundo, Índia, Artes Decorativas e Iconográficas*, nº 11, 1ª Edição, Novembro de 2008, p. 132.
- ²⁵ Bernardo Ferrão, *Mobiliário Português, Índia e Japão*, Vol. 3, cit. p. 129.
- ²⁶ “Huma meza da China lavrada em lavor aberto de ouro, e preto pelas bordas guarnecidas de prata com cravos do mefmo”. “Huns pes deftameza da China de ouro, e preto com feos ferros de latão dourados, e correyas de veludo carmezim.” “Outra meza da China grande lavrada de madre pérola guarnecida de prata pelas bordas, e cravaçam de prata.” “Huns pes defta Meza de nogueira lavrados a ouro, e preto correyas de veludo verde, biqueiras, fivellas, paffadores, doze tachoens tudo de prata”. Bernardo Ferrão, *Mobiliário Português, Índia e Japão*, Vol. 3, pp. 130-131. Neste último caso, a referência à essência é algo paradigmática, devido ao facto de não ser comum a utilização de madeiras europeias na produção de

mobiliário Oriental. Atendendo à natureza da encomenda e ao seu simbolismo, esta oferta poderá ter sido um caso de práticas comerciais de mandar revestir no Oriente mobiliário produzido na Europa, algo em contra ciclo com a cultura comercial da época. Sobre este assunto ver: Miguel Cabral de Moncada, *Mobiliário Lusíada*, I.P.T., 2007, pp. 66-77. Edição Policopiada

²⁷ Bernardo Ferrão, *Mobiliário Português, Índia e Japão*, Vol. 3, p. 129- 131.

²⁸ Bernardo Ferrão, *Mobiliário Português, Índia e Japão*, Vol. 3, p. 132.

²⁹ Miguel Cabral de Moncada, *Mobiliário Lusíada*, cit., p. 25.

³⁰ Jatayu é um personagem do Ramayana, épico da literatura Asiática. É uma enorme águia que por amor a Rama, ao tentar salvar sua esposa Sita das mãos do demónio, Rahwana, morre pois este corta-lhe as asas.

³¹ Bernardo Ferrão, *Mobiliário Português, Índia e Japão*, Vol. 3, p.133-134.

³² André Alexandre Martins Murteira, “A Carreira da Índia e o Corso Neerlandês”, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (séculos XV – XVIII), UNL/FCSH, Lisboa 2006, http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/files/varia/tese_murteira.pdf (acesso a 29/04/2020)

³³ Arthur de Sandão, *O Móvel Pintado em Portugal*, Espiga Pinto, 2º Milhar, nº 1988, Barcelos 1978, p. 57.

³⁴ Tilde Canti, *O Móvel no Brasil; Origens Evolução e Características* (Lisboa,:FRESS/Agir, 1999), 24.

³⁵ Arthur de Sandão, *O Móvel Pintado em Portugal*, cit. p. 57.

³⁶ Andrew Ciechanowiecki, “Spain and Portugal”, cit., p. 104

³⁷ Tilde Canti, *O Móvel no Brasil; Origens Evolução e Características*, cit., p. 24.

³⁸ Arthur de Sandão, *O Móvel Pintado em Portugal*, cit., p. 62.

³⁹ No inventário por óbito da condessa de Penaguião D. Joanna de Castro (1624), encontramos a referência a “...dous bofetes de pau preto com guarnições de marfim...”. Hélder Carita, “A Casa Senhorial em Portugal nos séculos XV ao XIX”, Curso na Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro 2010, p. 100. http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/FCRB_A_Casa_Senhorial_em_Portugal_dos_seculos_XV_ao_XIX_-_Helder_Carita.pdf (acesso a 08/07/2020)

⁴⁰ Ao longo das várias fontes de inventário do século XVII, são várias as referências a “bofetes” que, pela sua descrição, é possível extrair indícios da possibilidade de muitas dessas peças poderem corresponder às mesas de pés de lira portuguesa. Nessa equivalência, concorrem alusões dos inventários como: “... um bofete com duas gavetas, com suas moduras...”; ou “... bufete feito na terra que mostra duas gavetas pés cortados...”. É também possível perceber nas fontes que as “mezas” e “bofete de bordo” (carvalho) eram dos modelos financeiramente mais dispendiosos. Este aspecto pode ser indiciador da presença de bens importados. Na verdade, e apesar das enormes quantidades de carvalho que chegavam a Portugal, na sua maioria era destinado à construção e à indústria naval, ficando as restantes actividades limitadas à qualidade e às características dessa madeira, nem sempre adequada à produção de mobiliário. Bernardo Ferrão, “Inventário de André Lopes Garro (Elvas 1608)”, in *Mobiliário Português, A Centúria de Quinhentos*, p. 274-275: A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Joaquim Pereira de Linde (1696), Letra F, Maço 120 (A), Nº5 f.49V. Celina Bastos, “O Mobiliário na Pragmática de 1609,” in *O Luxo na Região do Porto ao Tempo de Filipe II de Portugal (1610)*, Coord. Gonçalo Vasconcelos e Sousa, Porto, U.C.E., 2002, p. 74; Helena Pinheiro de Melo and António João Cruz, “Qual o significado de algumas marcas incisadas no reverso dos suportes de madeira de pinturas antigas?” in *Conservar Património* 26, 2017, pp. 91-101. <http://revista.arp.org.pt/pdf/2017014.pdf> (acesso 09/07/2020)

⁴¹ Arthur de Sandão, *O Móvel Pintado em Portugal*, cit., p. 60.

⁴² Francisco E. Oliveira Martins, *Mobiliário Açoriano; elementos para o seu estudo*, cit. p. 185

⁴³ É possível encontrar na pintura portuguesa coeva representações do modelo da “gate- leg”. É o caso de um óleo sobre tela da *Ceia da Sagrada Família* (1674), de Josefa de Ayala, presente no Museu de Évora (Inv.618ME), onde surge representada uma mesa redonda, com um tampo de aresta boleada e coberto com uma toalha branca simples. Tem os suportes torneados e remata num paralelepípedo de secção quadrangular. Maria do Céu Pereira Mateus de Medeiros, “O Mobiliário na pintura do século XVII em Portugal”, cit. p.81.

⁴⁴ No Inventário dos bens do Bispo Conde D. António de Vasconcelos e Sousa (1708), nos objectos inventariados na *Casa de velludo lavrado*, encontram-se identificadas duas possíveis *gate-leg* na menção a: “Duas bancas redondas do norte nouas que custará dezasete mil reis”. Hélder Carita, “A Casa Senhorial em Portugal nos séculos XV ao XIX”, cit. p.116.

⁴⁵ Tilde Canti, *O Móvel no Brasil; Origens Evolução e Características*, cit., p. 45.

⁴⁶ Francisco E. Oliveira Martins, *Mobiliário Açoriano; elementos para o seu estudo*, cit. p. 185.

⁴⁷ No inventário dos bens de Joaquim Pereira de Linde (1696), surge referenciada “Huma meza de bordo de estender uzada...”. Na verdade, a característica formal de “estender”, poderá corresponder às abas extensíveis da mesa holandesa. Por outro lado, e a concorrer para está equivalência, revela-se ainda o facto de ser uma das mesas mais caras no inventário, comparativamente aos “...bufete feito na terra...”, sendo

este um claro indicio da presença de bens importados. Ver Nota 40; A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Joaquim Pereira de Linde (1696), Letra F, Maço 120 (A), Nº5 f.36V

⁴⁸ Lunsingh H. Scheurleer, “The Low Countries,” in *World Furniture*, ed. Helena Hayward, Hamlyn, 1979, p.54.

⁴⁹ Andrew Brunt, *Guia dos Estilos Mobiliário*, Editorial Presença, 1982, p. 102.

⁵⁰ Hélder Carita, “O Mobiliário Açoriano entre os Séculos XVII e XIX,” in *História da Arte nos Açores (c. 1427 – 2000)*, Ed. Secretaria Regional de Educação e Cultura, Direcção Regional da Cultura, 2018, 527.

⁵¹ ROSSINI, Gabriel, Almeida Antunes, “As Pragmáticas Portuguesas de Fins do Século XVII: Política Fabril e Manufatureira Reativa”, in *Saeculum*, Revista de História, nº 22, Junho de 2010, pp. 118 e 119. [https://www.academia.edu/22450577/Saeculum - Revista de História - no 22 - Dossiê História e História da Educação - jan. jun. 2010](https://www.academia.edu/22450577/Saeculum_-_Revista_de_História_-_no_22_-_Dossiê_História_e_História_da_Educação_-_jan._jun._2010) (acesso a 19/05/2020)

⁵² Gabriel Almeida Antunes Rossini, “As Pragmáticas Portuguesas de Fins do Século XVII: Política Fabril e Manufatureira Reativa”, cit., p. 123.

⁵³ Arthur de Sandão, *O Móvel Pintado em Portugal*, cit., pp. 66-67.

⁵⁴ Sobre este assunto ver: Isabel Mayer Godinho Mendonça, “O Mobiliário Religioso de António Vaz de Castro, emsamblador de sua majestade,” in *Actas de Mobiliário Português*, 1º Colóquio de Artes Decorativas, 27 e 28 de Setembro de 2007, F.R.E.S.S., Lisboa. https://www.academia.edu/16208794/O_mobili%C3%A1rio_religioso_de_Ant%C3%B3nio_Vaz_de_Castro_ensamblador_e_entalhador_de_Sua_Magestade_act_1646_1667 (acesso a 10/04/2020). Cátia Teles Marques, “A execução dos móveis e o estatuto do oficial”, in “Nos bastidores da liturgia tridentina, O Mobiliário Monumental e as Sacristias em Portugal do século XVI ao XVIII”, Dissertação de Mestrado em História da Arte, F.C.S.H./U.N.L., Junho de 2007. <https://run.unl.pt/handle/10362/12198> (acesso a 10/04/2020).

⁵⁵Ver: Celina Bastos e António Proença, José, *Museu de Lamego; Mobiliário*, cit., pp. 12-15.

⁵⁶ Robert C Smith, "Agostinho Marques of Braga and His Furniture in the Portuguese National Style," in *The Burlington Magazine*, Vol. 111, No. 800, Nov.1969. <https://www.jstor.org/stable/876139?seq=1> (acesso a 25/04/2020)

⁵⁷ Robert Smith, "Agostinho Marques of Braga and His Furniture in the Portuguese National Style," cit. p. 655.

⁵⁸ Hélder Carita and Homem Cardoso, *Oriente e Ocidente nos Interiores de Portugal*, Civilização Editora, Exemplar 5885, pp. 101 – 103.

⁵⁹ Tilde Canti, *O Móvel no Brasil; Origens Evolução e Características*, cit., p. 24.

⁶⁰ É por vezes difícil de distinguir um modelo do século XVII de exemplares mais tardios, já do século XVIII. Robert C Smith, "Agostinho Marques of Braga and His Furniture in the Portuguese National Style", cit. p. 655

⁶¹ No Inventário de bens elaborado em 1713, no Funchal, pelo capitão cabo Pedro de Faria e Abreu, no Título de Móveis, encontram-se referências a mobiliário de Estilo Nacional como: de”Item hum bofete de jacarandá da moda, avaliado em 10\$000” ; “Item, hum leito de jacarandá da moda, avaliado em 30\$000”. Hélder Carita, “A Casa Senhorial em Portugal nos séculos XV ao XIX”, cit. p. 137.

⁶² Celina Bastos and Anísio Franco, “Para memória futura: interiores autênticos em Portugal” (s.d.), in *A casa senhorial, Portugal, Brasil & Goa*, p. 73 <http://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/artigos> (acesso a 14/08/2020)

⁶³Bernardo, Ferrão, *Mobiliário Português, Índia e Japão*, Vol. 3, p. 133.

⁶⁴ Ver: Albrecht Haupt, *A Arquitectura do Renascimento em Portugal do tempo de D. Manuel, o Venturoso, até ao fim do domínio espanhol* (Lisboa: Editorial Presença, 1985), 43-44. Alfredo Guimarães e Albano Sardoeira, *Mobiliário artístico português: elementos para a sua história* (Porto: Marques de Abreu. 1924), 11.

⁶⁵Andrew Ciechanowiecki, “Spain and Portugal”, cit., p. 105.

⁶⁶ Luís Chaves, *O mobiliário*, in *Arte Portuguesa*, Dir. João Barreira, Vol. 1, Edições Excelsior, Lisboa, 1946-1951, p. 379.

⁶⁷ É possível identificar a perfusão da decoração de tremidos, torcidos e espinhados, já nas mesas portuguesas do século XVII, anteriores ao bufete. Ver: Lote: 53, Leilão: 1246, *Mobiliário e Objectos de Decoração*, 16-22 de Junho de 2020, Cabral Moncada Leilões, Lisboa.

⁶⁸ Isto não quer dizer que as técnicas de produção de espinhados, tremidos e torcidos, não pudessem ser já executadas com ferramentas também utilizadas nos Países Baixos, como por exemplo a plaina de tremidos, inventada por Johann Schwanhardt. Hélder Carita, *O Mobiliário Açoriano entre os Séculos XVII e XIX* cit. p. 529.

⁶⁹ Luís Chaves, *O mobiliário*, cit. p. 384.

⁷⁰ Algumas fontes de finais do século XVII, dão indício que possivelmente a produção do bufete terá iniciado ao mesmo tempo em Portugal e no Brasil. Por exemplo, no inventário Conde de Vila Pouca de Aguiar, 1692, encontra-se descrito: "... dous bufetes de pao-santo feitos no Brazil de sete palmos de comprido cada hum com pes torneados do mesmo com duas gavetas por cada banda..." A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo do Conde de Vila Pouca de Aguiar, Aires Teles de Menezes (1692), Letra A, Maço 36, N° 4, f 17V.

⁷¹ Celina Bastos, "O Mobiliário na Pragmática de 1609", cit. p. 74.

⁷² Carlos Franco, "Casas das Elites de Lisboa: Objectos, Interiores e Vivências (1750-1830)", Tese de Doutoramento em Estudos do Património, U.C.P., 2014, pp. 135-136.
<http://hdl.handle.net/10400.14/18122> (acesso a 27/07/2020)

⁷³ Raphael, Bluteau, *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712, Vol 2, p.141. http://purl.pt/13969/4/1-2772-a/1-2772-a_item4/1-2772-a_PDF/1-2772-a_PDF_24-C-R0090/1-2772-a_0000_capa-cap_a_t24-C-R0090.pdf (acesso a 17/07/2020)

⁷⁴ Raphael Bluteau, *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1716, Vol 4, p. 446. http://purl.pt/13969/4/1-2775-a/1-2775-a_item4/1-2775-a_PDF/1-2775-a_PDF_24-C-R0090/1-2775-a_0000_capa-cap_a_t24-C-R0090.pdf (acesso a 17/07/2020)

⁷⁵ Na descrição do Palácio do Conde de Povolide em Lisboa (Santo Antão), por ocasião do seu casamento (1697), o bufete marcava presença nas várias antecâmaras da condessa e nas "guarda-roupas" do conde. A.N.T.T., ACCP, Suplemento 1, Memórias Particulares, vol. I, n° 13, fls. 112 e 112v.

⁷⁶ No relato da "livraria" do arcebispo de Braga D. Luís de Sousa (1684), são identificados "oito bufetes de fino pau-preto com pés retorcidos". Celina Bastos and Anísio Franco, "Para memória futura: interiores autênticos em Portugal", ob. cit. p. 72.

⁷⁷ No Inventário dos bens do Visconde de Vila Nova de Portimão, no Palácio de Santos, Lisboa (1704), surge descrito: "Hum Bofete grande de pão Santo com gavetas ao redor e alguma ferragem de prata que serve na secretaria avaliados em vinte e sinco mil reiz". Hélder Carita, "A Casa Senhorial em Portugal nos séculos XV ao XIX", cit. p. 129.

⁷⁸ Maria da Luz Vasconcelos e Sousa Paula Marques, "Mobiliário Português de Aparato do Século XVIII credencias, consolas e tremós." Dissertação de Mestrado em História da Arte, Vol 1, F.L.U.P., Porto, 1997, pp. 5-6.

⁷⁹ No já citado inventário de bens do Passo episcopal de Coimbra, do Bispo Conde D. António de Vasconcelos e Sousa (1708), é possível perceber esta utilização do bufete quando surge inventariado "Hum bofete de evano com tres gauetas liso com seus pés torneados com huma escriuaninha do mesmo de salua com sinco pessar aualiado tudo em trinta mil reis". Hélder Carita, "A Casa Senhorial em Portugal nos séculos XV ao XIX", cit. p. 116.

⁸⁰ Ainda no reinado de D. João V este hábito se mantinha. Na descrição que Frei Manuel Bautista de Castro deixou do Paço da Ribeira, o autor refere uma sala onde "... nas duas paredes fronteyras lhe serve de adorno dois espelhos, e dois bufetes, cada hum com sua fonte, tudo de prata, aberto ao Buril com folhagens, e mais debuxos de obra moderna, feytos em Inglaterra..." A.N.T.T., Ms. 729, Frei Manuel Bautista de Castro. *Chronica do Maximo Doutor e Principe dos Patriarchas São Jeronymo Particular do Reyno*, fls. 513v - 515.

⁸¹ Nos anos de 1720, "a goarda roupa do dossel" do Palácio do Conde de Povolide (Lisboa), estava mobilada com: "...dois espelhos e dois bufetes, e quatro placas, tudo novo da moda emtalhado e doirado, e doze cadeiras da moda novas de veludo lizo carmezim, e assim o dosel e pano do bufette ao pee..." A.N.T.T., ACCP, Suplemento 1, Memórias Particulares, vol. I, n° 13, fl. 209v.

⁸² Ver: Hugo Xavier, "Revista L+Arte", n° 22, Março 2006, p. 82; Celina Bastos and António José Proença, *Museu de Lamego; Mobiliário*, cit., p. 70; Nelson Correia Borges, Documentos para a História do Mobiliário em Portugal: "Os bufetes da Casa da Livraria da Universidade de Coimbra", I.H.A., Coimbra, 1999, p. 335; Hélder Carita and Homem Cardoso, *Oriente e Ocidente nos Interiores de Portugal*, cit., p. 105.

⁸³ Tradicionalmente o serviço das refeições fazia-se numa antecâmara do quarto de dormir, pelo que mais tarde, houve a necessidade de adaptar um compartimento à sala de jantar. Carlos Franco, "Casas das Elites de Lisboa: Objectos, Interiores e Vivências (1750-1830)," cit. p. 146. A mesa de casa de jantar só fará o seu aparecimento em Portugal entre os finais do século XVIII e princípios do século XIX, assim como o local especificamente definido para comer. Hélder Carita and Homem Cardoso, *Oriente e Ocidente nos Interiores de Portugal*, cit., p. 207.

⁸⁴ Para além de encomendas a marceneiro franceses famosos como Cressent, também foram contratados marceneiros estrangeiros para trabalhar em Portugal. É o caso do francês Bernard II Vanrisamburgh que, entre 1730 e 1738, reside em Lisboa a trabalhar para D. João V. Alexandre Pradère, *French Furniture*

Makers, The Art of the Ébéniste from Luis XIV to the Revolution (Londres: Sotheby's Publications, Oxford University Press, 1990):184.

⁸⁵ Em 1734 foi executado um bufete de pau-santo para a Casa do Cabido da Sé de Lamego. Celina Bastos and Proença, António, José, *Museu de Lamego; Mobiliário*, cit., p. 13.

⁸⁶ Hélder Carita and Cardoso, *Oriente e Ocidente nos Interiores de Portugal*, cit., pp. 125-138.

⁸⁷ Dada a escassez de mobiliário em Lisboa a seguir ao terramoto, o Marques de Pombal, para colmatar essa necessidade, permitiu o estabelecimento de *tenda* a marceneiros e carpinteiros de móveis não examinados. Maria Helena Mendes Pinto, *Os Móveis e o seu Tempo, Mobiliário Português do Museu Nacional de Arte Antiga, séculos XV-XIX*, cit. p. 11.

⁸⁸ Carlos Franco, *O Mobiliário das Elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII* (Lisboa: Livros Horizonte, 2007), 22 e 23.

⁸⁹ Hélder Carita and Cardoso, *Homem, Oriente e Ocidente nos Interiores de Portugal*, cit., p. 163.

⁹⁰ Nas fontes da época muitos dos bufetes são descritos como “já velhos”, ou em mau estado de conservação, o que de alguma forma indica o desuso da sua utilização. Carlos Franco, *O Mobiliário das Elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*, cit., p. 125.

⁹¹ Embora os bufetes continuem como móveis de aparato, vão cedendo lugar às credencias douradas e às consolas. Maria da Luz Vasconcelos e Sousa Paula Marques, *Mobiliário Português de Aparato do Século XVIII credencias, consolas e tremo*, cit. pp. 5-6.

⁹² Da descrição do interior do Palácio Sobral, Lisboa, em 1793, na sala de espera do palácio encontra-se “...uma banca por diante de um d’elles; tudo de pão sancto bem recortado, e entalhado...”. Hélder Carita, “A Casa Senhorial em Portugal nos séculos XV ao XIX”, cit. p. 154.

⁹³ No Inventário da casa do Provedor da Alfândega do Tabaco de Lisboa, Manuel de Oliveira de Abreu e Lima (1784), na *casa da livraria*, aparece “Um bufete de madeira de fora, com cinco palmos de comprido, de duas gavetas, já velho, avaliado em seiscentos réis”. Hélder Carita, “A Casa Senhorial em Portugal nos séculos XV ao XIX”, cit. p. 146.

⁹⁴ Ainda no mesmo Inventário, na *Galeria de Baixo*, surge: “Um bufete com 8 palmos de comprido por quatro de largo, pés torneados e duas gavetas, já velho, avaliado em mil e duzentos réis” e “Dois bufetes de pau-santo”. Hélder Carita, “A Casa Senhorial em Portugal nos séculos XV ao XIX”, cit. p. 145.

⁹⁵ O pau-santo será substituído pelo mogno, continuando apenas a ser utilizado em aplicações de embutidos. Sobre este assunto ver: Mendes, M. H. Pintos, *Os Móveis e o seu Tempo, Mobiliário Português do Museu Nacional de Arte Antiga, séculos XV-XIX* pp. 12-16.

⁹⁶ Celina Bastos and António José Proença, *Museu de Lamego; Mobiliário*, cit., p. 25.

⁹⁷ Maria da Conceição Borges de Sousa and Celina Bastos, Normas de Inventário, *Mobiliário*, Artes Plásticas e Artes Decorativas, cit., p.74.

⁹⁸ Celina Bastos and António José Proença, *Museu de Lamego; Mobiliário*, cit., p. 27.

⁹⁹ É possível notar certos abastardamentos na aplicação de ferragens com asa e no trabalho do torno, aparecendo alguns exemplares com os volumes bolbosos das pernas com entalhes de canelados em espiral, e a terminar com pé de forma também bolbosa, de garra e bola. Ver: Lote: 328, Leilão: 1221, 21-27 de Janeiro de 2020, e Lote: 61, Leilão: 198, 1ª Sessão, 25 de Fevereiro de 2019, Cabral Moncada Leilões, Lisboa.

¹⁰⁰ É também notório nos exemplares desta época, a dimensão mais reduzida em relação aos bufetes do século XVIII e dos finais do século XVII, certamente relacionado, com as novas exigências do espaço dos ambientes doméstico, também eles com dimensões inferiores, em relação aos espaços das duas centúrias anteriores.

¹⁰¹ Ver exemplar em: https://www.1stdibs.com/furniture/tables/center-tables/portuguese-bufete-table-19th-century-palisander/id-f_16383522/ (acesso a 12/07/2020).

¹⁰² Ver: Lote 386, Leilão: 1211, 3-9 de Dezembro 2019, Cabral Moncada Leilões, Lisboa.

¹⁰³ Ver: Lote 123, Catálogo *Leilão de Arte e Antiguidades*, 19 e 20 de Novembro de 2007, Aqueduto, Avaliadores & Leiloeiros Lda., Lisboa.

¹⁰⁴ Judith Miller, *Antiques Encyclopedia, New Edition*, cit. p. 105.

¹⁰⁵ Ver conjunto em: <https://oportunityleiloes.auctionserver.net/view-auctions/catalog/id/1207/lot/382564> (acesso a 17/07/2020)

¹⁰⁶ De alguma forma estava presente uma “...esterilidade inventiva da indústria mobiliária do século decorrido, que em cem anos não fez mais, para nosso goso de ferros-velhos, que copiar formas extintas, do feudalismo, da renascença, rococós, barrôcas, napoleónicas” José Duarte Ramalho Ortigão, “A Architectura Portuguesa,” in *Revista mensal de construção e de architectura pratica*. Ano 1, no 1 (Jan.1908), pp.1-2.

¹⁰⁷ No inventário de Francisco António Lodi (1821), surge descrita: “Huma banca que serve de carteira de madeira do Brazil uzada...” A.N.T.T., *Inventários Orfanológicos*, Processo de Francisco António Lodi (1821), Letra F, Maço 176, nº 5, f. 77.

¹⁰⁸ Rita Cruz and Fátima Pombo, “O Impacto da “Geração Intercalar” no Design de Mobiliário de Escritório em Portugal. A Inovação das décadas de 60 70”, in *Res Mobilis*, Revista internacional de investigación en mobiliário y objetos decorativos Vol. 7, no. 8, 2018, pp. 120-122

<https://www.unioviiedo.es/reunido/index.php/RM/article/view/12269/11571> (acesso a 15/04/2020)

¹⁰⁹ Joaquim Manuel Fernandes de Carvalho, A Indústria do Mobiliário Escolar em Paços de Ferreira, O Caso da Fábrica Albino de Matos, Pereiras and Barros, Volume II, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Volume II, 2004, F.L.P., p. 132.

<http://hdl.handle.net/10216/19451> (acesso a 27/07/2020)

¹¹⁰ Mónica Romãozinho “O Moderno Estylo em Portugal,” in *Convergências*, Revista de Investigação e Ensino das Artes, nº 3, 2009, E.S.A.R.T., I.P.C.B.

<http://convergencias.esart.ipcb.pt/?p=article&id=46> (acesso a 13/07/2020).

¹¹¹ Sobretudo nos ambientes que se mantinham como no século anterior. No Leilão dos bens pertencentes ao 1º Visconde do Marco, pela Casa Liquidadora, Leiria & Nascimento Lta., em 1941, nas imagens do catálogo, surge um bufete na Sala da Música como móvel de aparato no centro da sala, ladeado por sofás. *Catálogo dos Móveis, quadros, porcelanas, tecidos e mais objectos de arte* que guarnecem o Palácio da Rua da Junqueira, 194, Casa Nobre Lázaro Leitão e pertenceram ao colecionador de arte 1º Visconde do Marco, 1941, Casa Liquidadora, Leiria & Nascimento Lta., Rua do Alecrim, 70, Lisboa.

¹¹² Na década de 1990, houve em Lisboa uma grande exportação de bufetes para a costa Oeste dos Estados Unidos, onde o modelo é confundido como pertencente ao mobiliário colonial espanhol dos séculos XVII/XVIII. J. Andrade, *Antiguidades*, Rua da Escola Politécnica 39, 1250-099 Lisboa. Fonte Oral obtida a 14/03/2018.

¹¹³ “... é como se os portugueses, tivessem encontrado para o mobiliário, tal como na arquitectura, uma fórmula que expressa-se perfeitamente o carácter solene e sumptuoso da sua sociedade e fossem relutantes em alterá-lo ou abandoná-lo ...” (tradução nossa) Robert C Smith, "Agostinho Marques of Braga and His Furniture in the Portuguese National Style," cit. p. 655

Fecha de recepción: 19 de mayo de 2019

Fecha de revisión: 14 de agosto de 2019

Fecha de aceptación: 4 de septiembre de 2019